

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIOVANNA DE MOURA ALBINO
MYLENA MARQUES SILVA
LUCAS ROCHA FIGUEIREDO
SUELLEN COVELLO DA COSTA
THIAGO NEGREIRO SILVA

O LAND GRABBING DA CHINA NO CONGO

SÃO PAULO

2022

O LAND GRABBING DA CHINA NO CONGO

GIOVANNA DE MOURA ALBINO

MYLENA MARQUES SILVA

LUCAS ROCHA FIGUEIREDO

SUELLEN COVELLO DA COSTA

THIAGO NEGREIRO SILVA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Anhembi Morumbi como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais

Prof. Orientadora: Dra. Helena Margarido
Moreira.

São Paulo, SP

2022

RESUMO

Cada vez mais as grandes potências globais buscam maximizar seus ganhos e solucionar seus problemas estruturais, o *land grabbing* é uma estratégia de estrangeirização de terras, ou seja, a capacidade de um país em explorar solos fora de suas fronteiras. A China, por conta de sua escassez de matéria-prima, buscou como alternativa, de forma visionária e à frente de outros países, estreitar relacionamento com o continente africano com objetivo de suprir suas necessidades de minérios, construindo uma forte ligação econômica, social e, principalmente, política com a República Democrática do Congo. Este tipo de operação traz um conjunto de consequências para todos os atores envolvidos, desde os órgãos públicos e empresas não governamentais até a população que habita no país explorado, desta forma, aspectos positivos e negativos podem ser encontrados com facilidade neste contexto que engloba o *land grabbing*, porém o que se destaca nesta relação é a ascensão das relações comerciais em grande escala, ao ponto da China se tornar o maior parceiro comercial do país, porém, ao mesmo tempo causar impactos não só ambientais e sociais, mas também nos levar a refletir até que ponto um país subdesenvolvido cederia suas estratégias de governo e deixaria uma potência global moldar os interesses de seu país.

Palavras-chave: *Land grabbing*. China. Congo. Minérios.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ajuda chinesa em empréstimos para a RDC (orçamento de 2010)	26
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Importações da China e países africanos em 2009 (% por produtos)	21
Gráfico 2 - Exportações da China para a África em 2009 (% por produtos)	25

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os principais destinos de exportação do RDC (2014).....	23
Quadro 2 - Os principais destinos de exportação do RDC (2014).....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RDC – República Democrática do Congo

CREC – China Railway International Group

SUMÁRIO

I. Introdução.....	9
II. A situação da China	11
III. O <i>land grabbing</i>	15
IV. <i>Land grabbing</i> da China no Congo e seus impactos	18
V. Considerações Finais	28
Referências Bibliográficas	30

I. Introdução

Neste projeto abordaremos a estrangeirização de terras, internacionalmente conhecido como *land grabbing*, por parte da República Popular da China na República Democrática do Congo no setor de mineração, no qual a China detém quase 70% das jazidas de minérios. O Congo é conhecido por sua rica biodiversidade e ecossistemas, contudo agora corre o risco de perder muito dessa biodiversidade para as práticas de apropriação de terras que serão discutidas.

O objetivo deste trabalho é entendermos de onde nasceu a necessidade de a China expandir a compra de terras pelo continente africano, principalmente no território do Congo e qual sua atuação, a questão de dependência entre as partes envolvidas e como isso afeta a população local uma vez que são expulsos e/ou deslocados das suas terras, sem receber nada em troca ou sendo obrigados a vendê-las por preços extremamente inferiores em prol do governo.

O *land grabbing*, por definição, se trata da apropriação ou controle de terras em larga escala, por meio de compra ou locação, para a produção agrícola comercial ou industrial por investidores estrangeiros (GRAIN, 2010; MATONDI, HAVNEVIK e BEYENE, 2011). Apesar de sua definição, é importante ressaltar que o *land grabbing* não se trata apenas de adquirir imensas extensões de terras para acesso a agricultura, ter acesso a jazidas de minérios ou mesmo acesso aos campos de petróleo, mas de estabelecer parcerias na construção da infraestrutura necessária à exploração desses recursos.

Este fenômeno, embora não seja algo novo na história do mundo, teve uma grande visibilidade e se intensificou desde 2008 a partir da crise alimentar que assombrou o globo com a alta dos preços dos alimentos, fazendo com que alguns Estados buscassem terras férteis em outros países, principalmente os que são afligidos pela limitação de recursos naturais. Além da crise alimentar, o *land grabbing* foi impulsionado por outras três crises que dominavam o início do século XXI, sendo elas as crises econômica, climática e energética que repercutiram mundo afora fazendo com que governos e investidores buscassem cada vez mais reduzir suas incertezas com ganhos especulativos e ganhos futuros.

É importante ter em mente que o *land grabbing* não é algo imposto ou feito contra a vontade do Estado no qual as terras estão sendo disponibilizadas para estrangeirização, mas sim de comum acordo, onde o próprio Estado vende ou cede parte de suas terras a outro Estado ou

ator privado de modo em que possam usufruir deste território. Isto, em geral, acontece devido à necessidade de investimentos estrangeiros nas regiões que, em sua grande maioria, estão à deriva, não deixando alternativas ao Estado, visto a limitação de financiamento e dificuldade de manter suas contas públicas por si só, necessitando de um investimento externo a fim de modificar a estrutura produtiva e infraestrutura doméstica, de forma a ampliar as exportações, evitando o endividamento público. Assim, é importante lembrar que o *land grabbing* não configura uma piora no quadro do país - como no caso da República Dominicana do Congo.

A cooperação acontece, mas é necessário procurar compreender as intenções das aquisições de terra para que nem um país e nem o outro estejam em larga escala de desigualdade nessa balança de cooperação. Para a China, o interesse não é militar. A parceria é interessante pelos recursos que possam ser extraídos do solo do Congo e das oportunidades que isso pode acarretar, como nova abertura de mercados e sobretudo o controle das fontes de matérias-primas em um território tão vasto em minérios. O Congo é um território considerado peculiar dos demais devido sua larga variedade de riquezas minerais (cobalto, lítio, minério de ferro, diamantes, além de metais nobres e raros de interesse ao setor nuclear, ao setor energético e da indústria de tecnologia do ponto de vista chinês).

É necessário também para entendimento da análise dar a devida importância da relevância da ascensão da China mediante ao cenário internacional, em sua política e poder (econômico, tecnológico e militar), principalmente nos últimos anos. Com isso, as suas relações de cooperação e inserção em outros países são frequentemente analisadas a partir de suas intenções.

Desse modo, é importante ressaltar a formação dos laços de dependência à essa demanda externa, visto que os atores que entram nos territórios, além de os usufruírem, também contribuem com a economia interna e com questões sociais.

Enquanto a República Democrática do Congo se encontra em uma situação econômica extremamente vulnerável, com um PIB anual de apenas 42.739 M€ (2020), que, dividido pela sua população representa um PIB per capita de apenas 471 € (2020), além de um IDH 0,480 (2020); a China está em uma crescente econômica, com um aumento de cerca de 14.758.612 M€ (2021) no seu PIB nos últimos anos que, dividido por sua população representa um PIB per capita de 10.451 € (2021), contando também com um IDH 0,761. Analisando estes dados, é possível tirar uma conclusão muito clara da diferença de poderio econômico dos dois países.

II. A situação da China

Os principais fatores que possibilitaram à China assumir o papel de potência que lhe é atribuído atualmente são principalmente seu crescimento econômico e a mudança de postura no cenário internacional. A economia chinesa e seu projeto de expansão internacional tiveram sua base moldada no começo da década de 70, levando em consideração o fato de que China era um país que possuía um sistema econômico comandado pelo Banco Central, com um forte protecionismo e resistência sobre as ideias presentes na economia internacional, sendo fortemente guiada pelos moldes do liberalismo ocidental presentes até os dias atuais.

A liberação do comércio exterior e a diminuição gradual das barreiras tarifárias que ocorreram na década de 80 foram os principais fatores que simbolizaram a mudança de postura chinesa frente à sua inserção internacional, sendo esta historicamente marcada pela entrada do país no FMI no final de 2001. Esses fatores, em conjunto com a criação das Zonas Econômicas Especiais, que possibilita um aumento da produtividade utilizando de mão de obra barata no espaço contingencial disponível no país, possibilitaram à China manter seu crescimento em 10% a.a. durante três décadas, sendo um dos países que manteve o maior crescimento já visto na economia mundial.

Incorporado às Zonas Econômicas Especiais estavam os Investimentos Externos Diretos, que eram exercidos por países que usufruem das ZEEs em troca de incentivos fiscais realizados pelo governo chinês, este que estabelecia a condição de insumos tecnológicos vindos dos países que deveriam ser instalados nas zonas pertencentes às ZEEs, tendo participação direta do governo chinês com a disponibilidade de infraestruturas de qualidade para atrair seus investidores. Dessa forma, o governo chinês manteve grandes polos tecnológicos em seu país, o que possibilitou a utilização da tecnologia como moeda de troca em países em desenvolvimento que não possuíam acesso a essas questões por ausência de capital.

Porém, apesar do vasto território e da possibilidade de mão de obra barata, a China começou a se deparar com os dilemas que esse crescimento exponencial proporcionou, sem a possibilidade de ser mais auto suficiente nesse processo. Para manutenção do crescimento projetado pelo país, questões como espaço contingencial e insumos ligados à energia começaram a ser assuntos que o governo decidiu que necessitavam de mais atenção. Devido ao domínio exercido pelo Ocidente em determinados locais, a China observou quais seriam as

melhores alternativas para criação de parceiros econômicos e possíveis laços de colaboração no cenário internacional.

O processo de aproximação da China com o continente africano, conforme os moldes atuais, tem seu início em meados do século XX, momento em que o Estado chinês se encontrava em momento de mudança de postura e virada de chave em sua política externa, protagonizando o processo de expansão externa e projeção como potência influenciadora no SI após anos de protagonismo modesto no cenário internacional.

Essa aproximação foi possível devido ao contexto histórico da Guerra Fria, conflito traçado entre as superpotências EUA e URSS que trouxe a divisão bipolar dentro do cenário internacional, onde os moldes seguidos pelo conflito ajustavam todas as relações político econômicas estabelecidas no Sistema Internacional. A China, com seu governo comunista estabelecido desde 1949, possuía o desafio de se afirmar no sistema internacional sem causar grandes tensões políticas e focando em possíveis parceiros econômicos, pois o país não possuía interesse em participar da disputa.

Devido à corrida nuclear armamentista e a busca de aliados no desenrolar do conflito entre URSS e EUA, os países que compunham o chamado terceiro mundo, também conhecidos como países em desenvolvimento, não possuíam projeção e possibilidade de influência nas tomadas de decisões do jogo internacional, sendo um processo moldado pelas potências e seus aliados.

Este contexto proporcionou uma abertura de projeção chinesa com os países do terceiro mundo, visando principalmente o continente africano como uma grande oportunidade de atingir seus objetivos, pois a China não possuía muitas aparições no cenário internacional e não era visto como uma potência com o objetivo de criar relações coloniais com os seus novos parceiros econômicos. Dentro desse contexto, a estratégia chinesa usada para busca de parcerias econômicas e mercados consumidores no território africano teve como foco a elaboração de um discurso que legitimava as relações diplomáticas e econômicas praticadas entre os países africanos, trazendo uma postura de equidade entre as partes envolvidas no processo, chamado pelos chineses de política *win-win*.

Devido ao próprio país ter passado pelo processo de colonização em seu território, os governantes chineses entendem o quão traumático ele é para uma sociedade. O processo de servir como uma colônia de exploração com trabalho escravo cria traços sociais e econômicos

que são vividos por gerações mesmo após seu processo de independência. O continente africano foi a base do colonialismo ocidental por décadas, sofrendo exploração territorial e populacional que originaram países africanos que desde sua independência sofrem com conflitos internos étnicos com uma população que vive abaixo da linha da pobreza e é amparada por ajuda humanitária externa em pleno século XXI. Dentro desse contexto histórico, ocorre uma aproximação diplomática que sela a possibilidade de cooperação entre o Estado Congolês e a China, chamada Conferência de Bandung (1955).

O encontro entre os países do terceiro mundo em pleno contexto de Guerra Fria traz um marco no sistema internacional, visto que o intuito da conferência era aprofundar as relações entre os países dos continentes asiático e africano em contra partida do conflito bélico travado pelos países ocidentais dentro do cenário bipolar da Guerra Fria. O evento ocorreu com a presença de 29 delegações, sendo elas 23 asiáticas e 6 africanas. O processo trouxe um discurso em contraponto à rivalidade da guerra fria, oferecendo um ambiente de possíveis trocas econômicas e tecnológicas que visam a construção de um sistema internacional mais equilibrado entre seus participantes.

Nesse sentido a postura chinesa busca uma aproximação com o continente africano que seja análoga a postura ocidental tradicionalmente praticada no continente, com o propósito de trazer a ideia de parceria econômica, a fim de possibilitar que o sentimento de equidade seja o foco das relações entre os países, mostrando assim um respeito referente ao passado do continente e maior proximidade pelo interesse de desenvolvimento pautado na aversão do desenvolvimento vindo do Ocidente.

Os investimentos da China no Congo foram por muito tempo algo que se realizava no "escuro", não se sabia ao certo onde ou em que quantidade os financiamentos no país do Congo ocorriam, isto tornava difícil mensurar o resultado das atitudes chinesas no país, além de deixar um estado em aberto de diversos questionamentos de forma crítica. Ao longo dos anos e com o desenvolvimento das relações entre os países, se tornou necessário que identificassem esses resultados, até para que fosse possível olhar para ambas as capacidades e saber nivelar a situação, se possível e necessário. Para isso, estudos foram realizados e campos específicos foram abertos para tornar os investimentos transparentes na medida do possível.

Com este tópico, é possível levantarmos a importância que a transparência das intenções deve ter na relação China-Congo para tornar mensurável seus investimentos, tornando o cálculo

de resultados possível, pois, ao contrário, não se tem o que fazer a não ser "confiar" naquilo que a China diz que investe.

Em 2011, a China tornou-se a maior parceira comercial do Congo, com uma relação econômica e política de alta cooperação, ainda que precisemos indicar sobre a eficácia do auxílio. Em 2013, um levantamento apontou que o investimento da China na África girava em torno de US\$ 75 bilhões ao longo dos 10 anos de cooperação, desde obras de infraestrutura até em serviços como telecomunicações e investimento acadêmico (bolsas de estudo). Tudo isso em troca do fornecimento dos recursos naturais, com o claro objetivo de manter o controle e influência do poder asiático no território.

Os investimentos são diversos, desde o princípio o objetivo maior reflete na extração de recursos materiais do solo do Congo, como dito anteriormente - na troca de capacidade de infraestrutura. Entretanto, os investimentos foram aumentando conforme o desenvolvimento da relação, transpassando para áreas diversas como educação e cultura, por exemplo. Em 2009, por exemplo, o Congo (que não tem a mesma capacidade tecnológica para suportar meios de comunicação como diversos países) foi recebido pela China com uma instalação de cabo de fibra óptica para cobertura de antenas pelas empresas de telefonia, o que foi sem dúvidas, um avanço muito grande em diversos setores do país, não só o tecnológico pois possibilita uma gama maior de comunicação social e desenvolvimento econômico, além da abertura para um campo maior de mão-de-obra.

A relação entre os dois países conta constantemente com diversas doações da China para o Congo, como por exemplo, doação de equipamentos médicos em 2021 destinados à diversas áreas e prevenções de doenças como ebola e doações de materiais escolares após a destruição das explosões de 2012 (onde um acidente em armazém de munições na capital da República Democrática do Congo, Brazzaville, matou e feriu mais de mil pessoas). Entretanto, é necessário sempre avaliar a capacidade entre os dois países. Para o Congo, auxílio externo em forma de doação pode ser bem vindo em situações de crise, mas se o peso desta ação for uma retirada desproporcional dos recursos naturais é algo a ser analisado dentro dos acordos para tentativa de mudança, a desigualdade entre as capacidades não pode ser compensada a troco de qualquer doação.

O financiamento ao desenvolvimento chinês no Congo consegue refletir até mesmo na questão de conflitos da região, uma vez que por hora, os focos se alteram e a região tem a

mínima possibilidade de tentar desenvolver outros olhares. Ou seja, além do investimento chinês ter vantagens na infraestrutura e capacidades tecnológicas do país, também é capaz de auxiliar a estabilização da fraqueza de um governo em conflito. Entretanto, é necessário notar a forma com que o auxílio externo é distribuído, uma vez que se fortemente direcionada às regiões centrais, as periferias (afastadas) terão consequências e irão reagir.

III. O *land grabbing*

Com o início da globalização nos anos 90, houve um grande debate sobre o fim das fronteiras nacionais dos Estados e como poderiam deixar de fazer sentido tanto economicamente quanto em sua funcionalidade política de delimitação geográfica para controle do território, visto o novo modelo de cooperação e comunicação internacional, embora este não tenha realmente acontecido.

Além das questões fronteiriças, a globalização também é caracterizada pelo imperativo da informação e do dinheiro, tornando-se um regime de acumulação financeiro, de modo que o capital financeiro, como por exemplo bancos ou outros agentes, ao se tornar proprietário de ações das empresas, adquirisse poder de decisão nos conselhos diretivos e induzisse suas estratégias e ações de acordo com as suas próprias expectativas de rentabilidade (SAWELJEW, 2019).

Desse modo, com a vitória do sistema capitalista na Guerra Fria, podemos destacar que o início do século XXI foi caracterizado por mudanças no regime de acumulação, no qual o capitalismo liberal era visto como o único modelo de organização possível. A partir disso, houve a ascensão das finanças ao topo da economia global, principalmente do capital privado e do mercado de ações, na qual o financiamento permitiu que os capitalistas financeiros assumissem o controle de uma variedade de setores econômicos e sociais, dentre eles a agricultura e mineração.

Com a rápida elevação dos preços das commodities ao longo da década de 2000, o tão conhecido boom das commodities, e da crise financeira de 2008, diversos países, principalmente aqueles que estão situados em áreas geográficas desprivilegiadas de recursos naturais, se viram na necessidade de buscar outras terras férteis ao redor do globo, migrando parte do capital financeiro para investimentos na agricultura, além de incentivar empresas privadas a investirem em terras no exterior.

Com o boom das commodities, a questão de disponibilidade de recursos naturais foi ao topo da agenda internacional, fazendo com que os países onde os recursos eram abundantes, fossem eles alimentos ou minérios, ganharam um olhar diferenciado e de destaque pelos demais países ao redor do globo, visto sua capacidade de prover ao resto do mundo alimentação ou matérias primas (FLEXOR; LEITE, 2017). Neste cenário, entre 2003 e 2008, a economia da República Democrática do Congo teve um crescimento médio de 6,38% impulsionado pelo preço das commodities.

A partir de então, com o aumento do preço das commodities no mercado internacional e o aumento de compra de terras agrícolas em países em desenvolvimento por outros Estados, origina-se o fenômeno conhecido como *land grabbing*, uma nova prática internacional de investimentos em outras terras, no qual milhões de hectares têm sido negociados em âmbito doméstico e internacional, utilizando-se de mecanismos diversos, tomando formas novas e tendo motivações de origem variada, gerando, na maioria dos casos, efeitos sociais e ambientais negativos (LEITE; LIMA, 2017).

Como já dito anteriormente, apesar de o *land grabbing* não ser um fenômeno simples de precisar, sua definição está ligada à aquisição, apropriação ou controle de terras em larga escala, por meio de compra ou locação, para a produção agrícola comercial ou industrial por investidores estrangeiros, no qual ocorre em sua grande maioria em países do Sul, visto que as terras na região têm sido vistas como um meio eficaz de gerar riquezas por conta de sua biodiversidade, seja para as próprias elites locais ou investidores estrangeiros (GRAIN, 2010; MATONDI, HAVNEVIK e BEYENE, 2011). Esta apropriação de terras não acontece somente por empresas privadas ou grupos operantes no mercado financeiro, mas também por empresas estatais, corporações com raízes em algum país ou fundos de investimento apátridas.

Ademais, o conceito de *land grabbing* também pode ser definido pelo uso intensivo de capital para o controle da apropriação de terras e recursos que ocorre em função das estratégias de acumulação do capital e como resposta à conjugação das atuais crises (financeira, energética, alimentar, ecológica) da globalização neoliberal, desse modo, para a análise do fenômeno de *land grabbing*, é necessário considerar duas escalas de atuação, a escala de aquisições de terra e a escala de capital envolvido. (BORRAS, et al., 2011; MCMICHEL, 2012; COTULA, 2012).

A corrida pelo *land grabbing* não é apenas proveniente das empresas privadas, mas também de diversos grupos que operam no mercado financeiro. Com a crise das commodities,

a aquisição de terras no mercado de ações foi muito valorizada, tornando-se um ativo muito mais seguro para quem opera dentro deste mercado, voltando-se principalmente para a precificação futura, considerando que a estratégia tomada pelos investidores não é, de fato, adquirir diretamente as terras para usufruto, mas sim para obter participação acionária de empresas dedicadas à sua análise, transformação e venda futura.

Sobre a participação acionária nas empresas, podemos afirmar que:

A participação acionária nas empresas permite que o capital financeiro participe desse promissor mercado sem perder sua flexibilidade de investimento. A grande disponibilidade de capital viabiliza os projetos de expansão das empresas e, em alguns casos, resulta na aquisição de grandes extensões de terra (SAWELJEW, 2019).

Contudo, ainda se faz necessário que os investidores estabeleçam algum tipo de vínculo com a produção no local, seja pela criação de suas próprias empresas subsidiárias dedicadas às atividades agrícolas, seja pela contratação de empresas terceirizadas (FAIRBARN, 2014). Tendo isso em vista, é importante ressaltar que estes novos titulares das terras, ao se apropriarem e redefinirem o meio de produção no local comprado, contribuem para o deslocamento das comunidades locais que habitavam essas terras. A população local, retirada de onde vive e trabalha, muitas vezes é realocada em locais sem acesso a recursos naturais básicos, como água ou para regiões que não são de sua própria cultura, além de perderem suas próprias terras sem serem consultadas previamente pelo Estado, sendo obrigadas a assentir com os investimentos.

Todavia, ainda é importante ressaltar que este processo não é feito de maneira imposta militarmente, mas sim o Estado concede as terras para que os atores privados possam usufruí-las em troca de investimentos no local ou até mesmo as vende. No caso dos investimentos, os Estados afirmam que, a partir deles, conseguiriam mudar as condições indispensáveis de uma organização doméstica favorável e da estrutura de produção a fim de aumentarem as exportações e por consequência, a condição de vida no local.

Sobre a questão das exportações, Thiago Lima e Alexandre Leite afirmam que:

A necessidade de exportar, cabe notar, é comumente decorrente do endividamento público que, supostamente, não deixa alternativas aos Estados visto a limitação das fontes de financiamento e a dificuldade de obter recursos capazes de sustentar as contas públicas (LEITE; LIMA, 2017).

Além de tudo, é importante enfatizar o fato de que o fenômeno do *land grabbing* e o modo como ele é realizado traz consigo a adversidade da intensificação de fortes laços de dependência entre os países envolvidos ou do país com o investidor privado.

O *land grabbing* traz então a ideia de desenvolvimento e de progresso econômico, pois está totalmente atrelado aos interesses dos maiores detentores de capital, o que, conseqüentemente, acelera e movimentam a economia mundial. Porém, ele também causa alterações territoriais e afetam diretamente a soberania nacional dos Estados que o vivenciam, ou seja, é uma prática complexa tanto operacionalmente quanto politicamente. Majoritariamente em negociações que envolvem o *land grabbing* está de um lado um ator que pertence a um Estado em desenvolvimento, buscando oportunidades de maximizar seus poderes e de outro lado um ator ou o próprio Estado subdesenvolvido capaz de “ceder” suas terras para conseguir se desenvolver economicamente.

Na grande maioria das vezes, estes países subdesenvolvidos, não vendem ou locam suas terras para estas potências por conta de interesses estratégicos visando uma operação ganha-ganha entre os lados, mas sim por conta de um viés de necessidade. O problema de um envolvimento deste tipo, onde temos um ator visando somente uma mão de obra barata e incentivos fiscais, é que o país que realmente vivencia a operação, no longo prazo não terá conseqüências enriquecedoras, pois, todo capital e lucro envolvido é direcionado ao país de origem. Podemos considerar ser então um falso desenvolvimento nacional por conta da ausência de reinvestimento local.

Temos como uma das principais preocupações a soberania nacional e este falso crescimento econômico, devido à falta de legislação e fiscalização no processo de compra e venda de terras internacionais. Tendo em mente que a apropriação de terras não é apenas uma demanda pela terra em si, mas uma corrida pelos recursos presentes, vamos entender na prática usando como estudo de caso o *land grabbing* da China no Congo.

IV. *Land grabbing* da China no Congo e seus impactos

Ao longo dos últimos anos, desde o final da Guerra Fria e com o boom das commodities, o continente africano no geral, tem sido visto como uma área geográfica de extrema importância. Para entendermos a fundo o *land grabbing* da China no Congo, precisamos partir do pressuposto de que a China, mesmo sendo uma potência mundial, possui uma extrema dependência de matéria-prima e como a República Democrática do Congo é um país

extremamente rico neste quesito, a China não demorou para traçar estratégias de avanços diplomáticos, englobando parceiras comerciais e políticas.

Desta forma, diversas frentes de negócio com o país africano em troca de permissão para explorar os recursos naturais foram avançando, levando a China ao status de maior parceiro comercial do Congo. Neste momento entra a reflexão que foi realizada no tópico anterior onde o país subdesenvolvido vai possuir menos poder de barganha para alavancar seus ganhos em operações de *land grabbing*, muito por conta do viés de necessidade de novas tecnologias e expertise dentro de seu país, algo que a China pode proporcionar com facilidade.

Durante o boom das commodities, houve uma alteração no papel assumido pela China, deixando de ser considerada um “ator estático” no Congo para o Estado de maior influência na região e até mesmo no continente. Entretanto, a entrada do Estado chinês na África para este engajamento relevante foi coordenada por diversos agentes e não somente aos Estados envolvidos, estando estes agentes fora do controle dos Estados, como, por exemplo, empresas não estatais com interesses concorrentes (CARMODY; OWUSU, 2011).

Para termos uma maior percepção sobre como é a atuação do *land grabbing* em cada país, existe uma organização de iniciativa global e independente chamada Land Matrix Database onde disponibiliza informações e dados e prestações de serviços e acordos feitos por aquele país sobre o uso de terras e investimentos com a mesma relação, lá o *land grabbing* é apresentado é caracterizado pela aquisição de enormes quantidades de terra, que sejam iguais ou maiores que 100 hectares, tanto para estrangeiros quanto para nacionais com intuito de produzir alimentos, com foco em commodities agrícolas, culturas alimentares usadas para outras indústrias, produção pecuária ou exploração ou até mesmo para plantação florestal o que é um dos mais raros dos casos.

Para entendermos mais a fundo a atuação da China no Congo, tomaremos como ponto de partida a cooperação entre a República Democrática do Congo (RDC) e a China com início nos anos 70, sendo realizados projetos como o Palácio do Povo e mais tarde o Pentecost Martyrs Stadium. O Congo, sendo um país rico em matéria-prima, principalmente em minérios, com o passar dos anos foi se tornando prioridade para as iniciativas da China no continente. Desta forma, podemos afirmar que os países estão em uma situação de interdependência, devido ao fato de a China não possuir um número relevante de matéria-prima em seu país, estabeleceram financiamentos na região a fim de alavancar a cooperação, desenvolvendo projetos de infraestrutura no Congo para em troca, poder explorar os recursos naturais do território, ao

mesmo tempo que se tornam seu maior parceiro comercial, ou seja, se firmando como um parceiro de extrema importância para o Estado congolês.

Além de garantir fontes de abastecimento de matérias-primas, o Congo tem interesse na produção comercial da China. Hoje, a China se tornou o maior parceiro comercial e de investimento para a RDC. A cooperação entre os dois países está se expandindo também na indústria de produção de energia, de modo que a China vê na RDC um mercado que lhe permite testar alguns de seus produtos de menor valor agregado e dirigidos a mercados de menor poder aquisitivo (VIRCOULON, 2008).

Para o desenvolvimento desta relação de maneira mais objetiva, houveram acordos entre os Estados, no qual concederam a permissão da mineração chinesa em troca do auxílio e investimento em desenvolvimento em infraestrutura no país congolês. Apesar da lógica do acordo existem fatores que fazem refletirmos se realmente é o melhor caminho. Por falta de poder de barganha, o Congo teve que por exemplo ceder às empresas que se estabelecem em seu território incentivos fiscais, como isenção dos principais impostos, ou seja, a operação destas companhias não gera grandes contribuições para o Estado, nos remetendo a outro conceito apresentado anteriormente, um possível falso desenvolvimento econômico do país. É nítido a intenção de maximização de ganhos das empresas chinesas, porém, o pouco que elas proporcionam com geração de empregos e projetos de infraestrutura, já é uma forma do Congo evoluir, mesmo que a passos curtos.

O principal motivo da presença Chinesa no continente Africano é buscar e controlar fontes de matérias-primas; encontrar regiões e situações para investimentos; novos mercados de matérias-primas; novos mercados para escoar os artigos da sua indústria, que se desenvolvem impetuosamente. Com isso, o continente africano torna-se um lugar atraente para a China incrementar a sua indústria, seja com os recursos naturais explorados na África, seja este continente rico em recursos naturais (UMBA, 2016).

Vale ressaltar que a África, como um todo, tem mantido seu interesse no cenário internacional com potências mundiais, assim, estreitando as relações com a China, permite ao Congo um maior foco do país nos olhares do sistema internacional. A partir disso, o país africano pode vir a ter a oportunidade de crescer em alguns setores e ampliar crescimento em outros, como por exemplo o crescimento em 93,3% das importações chinesas da África nos setores de petróleo e commodities (CARMODY; OWUSU, 2011). Para ambos os países, as importações e exportações têm extrema importância nas negociações, apesar de que com uma clara vantagem para China, considerando seu estado econômico e posição no sistema internacional.

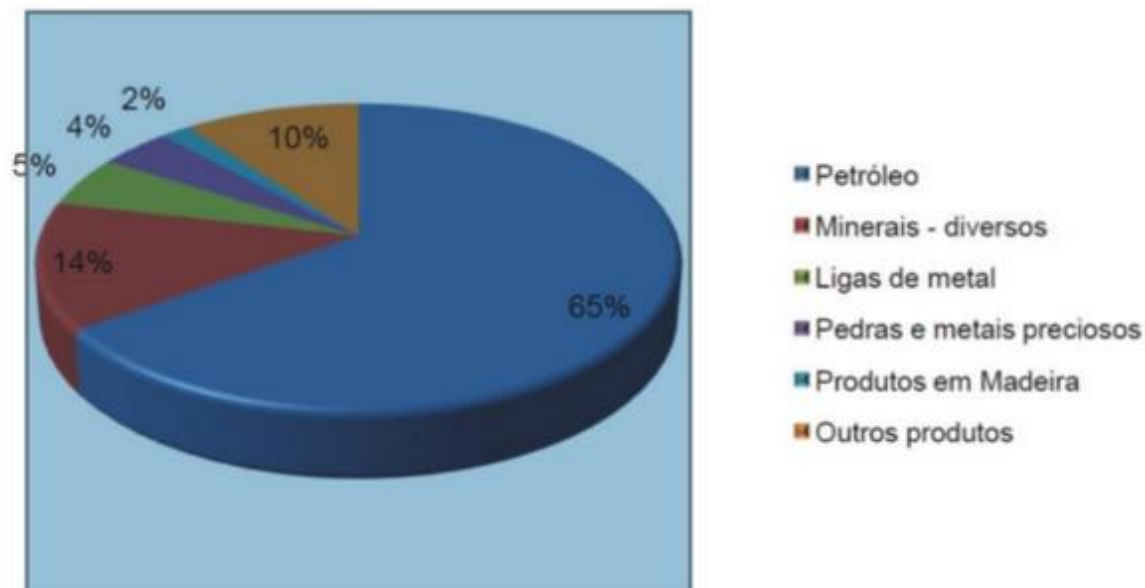
Também para ambos os atores, o objetivo claro é o desenvolvimento para si. Além de que historicamente os dois países, que já foram de alguma maneira dominados, a tendência seria estarem juntos para promover juntos esse crescimento. Entretanto, para que isso fosse possível, os ganhos deveriam ser iguais, mas com realidades tão distintas esse resultado é cada vez mais difícil de se obter.

Considerando que a República Democrática do Congo é um país em que o âmbito doméstico apresenta diversas dificuldades, vem a ser mais provável que a China prefira se isentar e não se envolver internamente - como é o que de fato faz, a China não intervém e não pretende intervir. Ainda que existisse o interesse em realizar essas ações nas questões domésticas, por exemplo, por motivos políticos ou econômicos, a interferência chinesa não traria mudanças significativas para a própria China, logo, não vem a ser vantajoso se expor desta maneira em outro território.

O interesse da China nesta região africana pode ser entendido como uma potência que disputa um território, uma vez que a região possui um interesse de outros atores do sistema internacional, como por exemplo os Estados Unidos, grande parceiro comercial da África, onde é um constante concorrente da China em questões de poder econômico, poder militar e poder político. Além disso, também deve se considerar que o Estado congolês trás maiores condições passíveis de implementação do "imperialismo" praticado por outras potências do que a China. Isso porque a estrutura do Estado Chinês traz barreiras culturais, econômicas e sociais que se desenvolveram de forma a impedir que outros países possam criar um contexto de explorador em seu território, essa situação cria uma desigualdade de intervenção e manutenção de poder entre os dois países.

Em relação às interações estatais entre 2000-2005, no que diz respeito a transações comerciais de comércio exterior, as importações chinesas oriundas da África triplicaram. Já no que diz respeito às importações africanas, a China tornou-se a principal nação exportadora para a África desde 2007.

Gráfico 1: Importações da China e países africanos em 2009 (% por produtos)



Fonte: Rysdyk (2010)

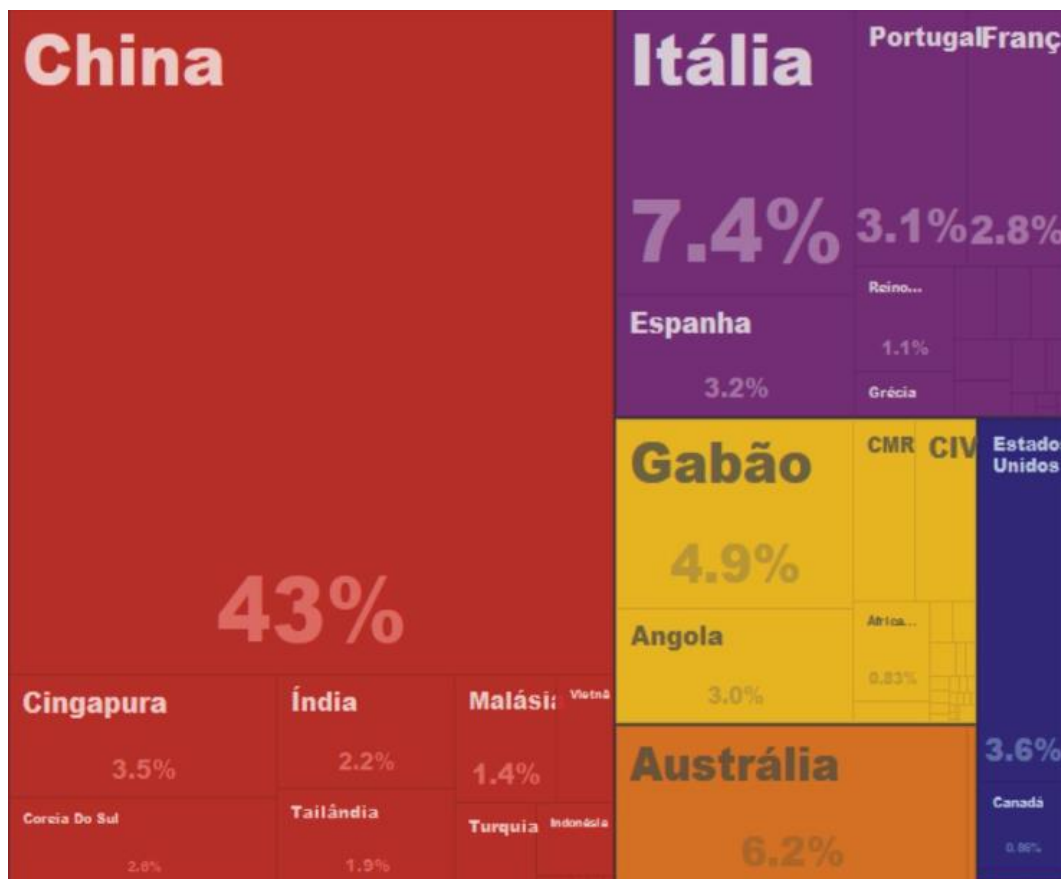
O petróleo corresponde a maior porcentagem de importações realizadas da China ao Congo, sendo uma fonte de energia abundante no território congolês e necessária para a manutenção do crescimento interno chinês. Devido ao seu processo de extração não derivar grandes investimentos em mão de obra, com a instalação da tecnologia necessária, o produto é facilmente extraído de territórios ainda inexplorados.

Dentre as principais frentes de exploração e importação da China no Congo, estão produtos como cobre refinado e bruto, cobalto e, como já informado, o petróleo, movimentando bilhões todos os anos. De acordo com a Global Witness, que se baseia nas estatísticas dos países importadores de minerais congolese, a China é, de longe, o maior importador de cobre e cobalto.

A RDC passou por grandes mudanças estruturais a partir de 2010 para alcançar a fase atual de superávit por conta da gradativa incorporação à oferta de crescentes quantidades de produtos minerais. Após algumas análises de dados, é possível notar que o Congo importa mais produtos da China do que exporta. Desde a entrada da China no mercado da RDC, fica bem clara a influência econômica que afeta o país e mostra, sobretudo, que as exportações da China para a RDC são mais diversificadas do que o contrário. Com isso podemos enxergar a falsa perspectiva de crescimento apontado anteriormente, as relações entre ambos.

A RDC tornou-se um país estratégico para a China transpor sua dependência de matéria-prima. Note-se que a China é marcada por uma relativa escassez de matérias-primas em seu solo, tendo uma posição de forte dependência para o seu abastecimento no exterior (CISSE, 2007).

Quadro 1: Os principais destinos de exportação do RDC (2014)

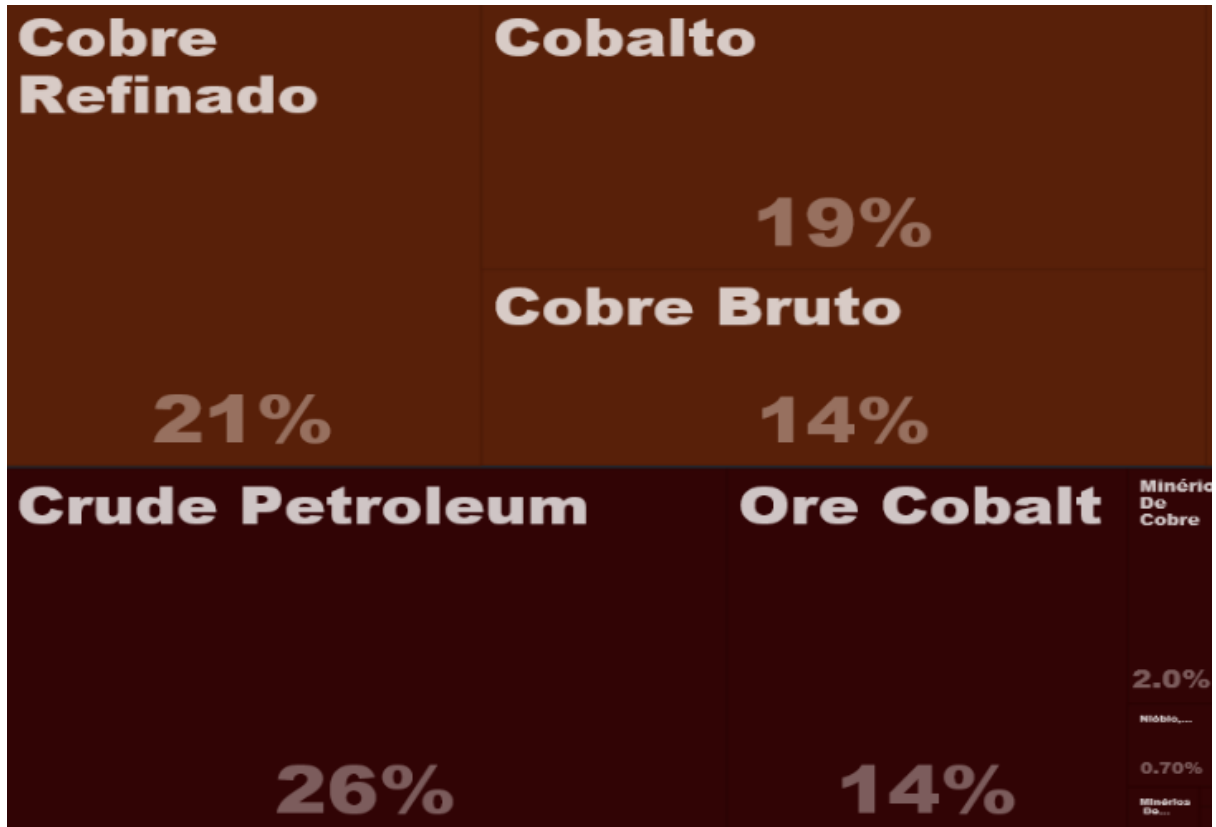


Fonte: OEC (2016)

Já referente aos 43% da produção do Congo exportada para a China em 2014 sendo \$ 2,71 bilhões, \$ 693 milhões referem-se a petróleo bruto, \$ 576 milhões referem-se a cobre refinado, \$ 507 milhões a cobalto, \$ 371 milhões a cobre bruto e \$ 386 milhões a minério de cobalto (OEC, 2016).

O gráfico abaixo evidencia a questão das exportações da República Democrática do Congo para a China no ano de 2014.

Quadro 2: Exportações do RDC para China em 2014

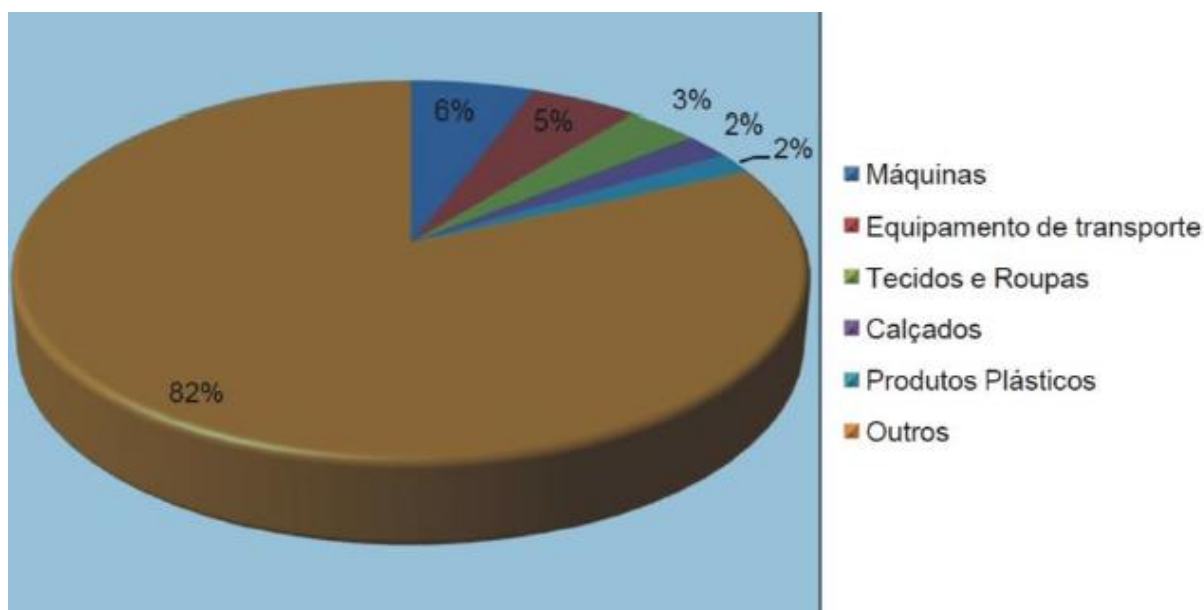


Fonte: OEC (2016)

Todavia, o Congo também possui interesse da China, país que se tornou seu maior parceiro comercial e de investimento, importando diversos produtos manufaturados como aparelhos eletroeletrônicos, roupas, maquinário para indústrias e transporte e até mesmo produtos agrícolas chineses, ou seja, produtos de consumo simples, mas que acabam com a concorrência ocidental na região. Além disso, há também a presença da indústria de telefone celular chamada Congo China Telecom (CTC), empresa originária de uma integração entre os dois países, que cobre todo o país.

O Gráfico abaixo evidencia as exportações chinesas para o continente africano no ano de 2009. Apesar de não se referir diretamente a República Democrática do Congo, estes produtos também eram exportados e comercializados para a região em questão, uma vez que eram de extrema importância, visto que não eram produzidos em escala no país.

Gráfico 2: Exportações da China para a África em 2009 (% por produtos)



Fonte: Rysdyk (2010)

Ambos os Estados têm crescido e conseguido se desenvolver economicamente através desta relação comercial, do lado da China, é uma oportunidade de reverter a situação de escassez de matéria prima para desenvolvimento de sua indústria doméstica, já para o Congo é uma questão mais delicada, a falta de diversificação de investimentos em outras áreas, faz com que o país fique estagnado, pois, a China irá investir visando somente os interesses dela e não na necessidade do Congo.

Contudo, a China ainda presa, teoricamente e em partes, pelo princípio de igualdade entre os Estados, como estabelecido pela Carta das Nações Unidas, em suas relações com o Congo, se policiando para não partir dos mesmos pressupostos dos países imperialistas e intervencionistas com o qual a própria China já sofreu. Desse modo, o Estado chinês visa garantir que a RDC tenha o direito de participação no mesmo grau de igualdade em assuntos internacionais, uma vez que seus acordos de financiamento levam uma abordagem ganha-ganha, permitindo a ambos benefícios mútuos e recíprocos.

Ainda que a problemática da falta de matéria prima na China para suprir toda a sua população venha se tornando cada vez mais frequente, esta situação fez com que surgisse o acordo de cooperação firmado entre o Estado Congolês e os empresas chinesas (China Railway Engineering Corporation Ltd (CREC), Sinohydro Corporation e EXIM Bank of China) de forma que a intenção de desenvolver projetos para a mineração chinesa em troca o desenvolvimento de infraestrutura na RDC fosse uma intenção explícita entre as duas partes.

Verifica-se que as características da cooperação internacional acabam se tornando uma forma de lobby em grande escala que vai além deste simples acordo de alinhamento governamental. Em um dos acordos firmados por algumas empresas chinesas nota-se que um deles há a promessa da construção de 3.000 km de estradas, ferrovias, 31 hospitais de 150 leitos, 145 centros de saúde, quatro universidades entre outros investimentos de longo prazo acordados pela CREC (China Railway International Group).

Neste acordo as empresas chinesas estabelecidas no território congolês são isentas de impostos, ou seja, até o momento não tiveram grandes contribuições para a economia do Estado congolês neste curto prazo, além de dividirem o capital das empresas entre 68% chinês e 32% congolês (UMBA, 2016).

Ademais, é importante ressaltar que no financiamento da China para o Congo, o capital chinês não é emprestado diretamente ao governo congolês, mas sim às empresas determinadas pelo governo chinês que, junto ao apoio do banco EXIM da China, farão as infraestruturas no território africano. Desse modo, a RDC permite que as empresas chinesas extraiam os recursos naturais através da aquisição de participações em empresas ou licenças nacionais (KASONGO, 2009).

As relações econômicas entre os dois Estados tiveram grande mudança durante a última década, em principal a economia congoleza que cresceu 7,2% em 2010 e em 2012, 7,1%. Apesar do setor mineral ter sido prejudicado por falta de infraestrutura, estão começando a ter melhores avanços após os investimentos inseridos pelas empresas chinesas e por conta de a China ter virado seu principal parceiro comercial.

Tabela 1: Ajuda chinesa em empréstimos para a RDC (orçamento de 2010)

Setor	Rubrica orçamental específica	Comprometimento US \$	% Do total do setor Financiamento	tipo
transporte	Railways	195 400 916	99	Empréstimo
infra-estrutura	Construção de estradas / reabilitação	396 642 159	78	Empréstimo
Agricultura	500 tratores	26 405 529	76	Empréstimo
energia	sector da água	26 405 529	28	Empréstimo
energia	setor elétrico	190 088 699	25	Empréstimo
Defesa	assistência militar	2 313 124	7	doação
saúde pública	Reabilitação dos Hospitais	15 315 207	6	Empréstimo

Fonte: Orçamento do Estado RDC (2010).

Além dos empréstimos e doações realizadas pela China para o desenvolvimento do país africano, o Estado chinês ainda tenta conquistar ainda mais a confiança do governo congolês através do fornecimento de **bolsas** de estudo e estágios para estudantes congolezes, enviando ao local especialistas de diversos setores (CISSE, 2007).

A força da China está na implementação também em concretizar projetos. Ou seja, atualmente, a China é um país capaz de enviar vários milhares ou dezenas de milhares de trabalhadores para qualquer parte do continente, a fim de completar um canteiro de obras gigante em um momento e a preços recordes (PRÉSIDENTIELL, 2008).

Embora a entrada da China no mercado congolês tenha como efeitos a criação de empregos e a melhora da economia do Congo, há impactos ambientais. A degradação ecológica causada pela extração de minérios poderá causar esgotamento dos recursos naturais e a falta de diversificação das fontes de renda do país, caso não haja um planejamento podendo vir a ser um grande problema para o Congo no futuro. Ou seja, essa cooperação se tornou uma espécie de negociação onde um é o detentor dos meios tecnológicos e o outro dos meios de produção agrícola (UMBA, 2016).

Além disso, *land grabbing* e seu impacto ambiental implicam diretamente a vida da população congoleza, uma vez que não é nenhuma novidade que grande parte da população que vive na África Subsaariana se sustenta por meio da agricultura e contribui expressivamente para a disponibilidade de alimentos de consumo para respectivos países. A perda de terras para o *land grabbing* tem afetado a vida de produtores, comunidades rurais e, conseqüentemente, a segurança alimentar da população, além de causar a falta de diversificação das fontes de renda do país. No Congo, a terra constitui o fator primário para a população rural e sua perda significaria a diminuição de renda e a exposição à insegurança alimentar.

Apesar dos pontos atrelados ao *land grabbing* estarem explicitamente ligados com as questões econômicas dos países que financiam essa alternativa de negócio, o processo também causa mudanças territoriais e sociais significativas aos países que cedem seu território para tal prática. Dentro do território congolês, a população que se encontra nos pontos extremos do país é diretamente afetada pelo processo de *land grabbing* devido aos territórios que são explorados os bens de matéria prima exportados serem facilmente encontrados nessa região do país.

Com o processo de extração provoca o processo de deslocamento populacional que ocorre dentro do continente africano e até fora do continente devido a diversidade étnica

presente entre a população. O aumento das migrações internacionais é uma das problemáticas mais presentes no século XXI.

Em 2020 houve um novo acordo de livre comércio no continente, com o intuito de um crescimento maior econômico na próxima década. A China tem uma relação de ganha e ganha já que abre uma opção de influência política a favor dela e por fazer investimentos a longo prazo. De acordo com o *The Economist*, os países africanos podem receber mais ajudas econômicas se votarem de acordo com os interesses da China na assembleia geral das nações unidas, se um país subisse a proporção de vezes em que votava de acordo com a China em 10% ganhava um aumento de ajuda econômica de 86%.

V. Considerações Finais

O estudo sob a prática de *land grabbing* é um campo de estudo recente que vem ganhando espaço no meio acadêmico devido a sua complexidade, sendo um processo com diversos atores, contextos e desdobramentos que não seguem um padrão, porém causam mudanças significativas no processo econômico internacional e nas relações dos atores estatais que cada vez mais se utilizam da prática focando no desenvolvimento econômico. Sendo assim, consideramos que o *land grabbing* tende a abranger diversas intenções entre os países, não tratando-se apenas da apropriação e controle de terras, mas também do desenvolvimento das relações entre os envolvidos.

Para a relação China e República Democrática do Congo, a parceria traz benefícios ao Estado Congolês no desenvolvimento focado em sua infraestrutura, uma vez que sem a possibilidade de financiar o desenvolvimento das obras devido à falta de recursos e ausência de tecnologia, o país não possuirá a mesma capacidade e não será capaz de desenvolver internamente o crescimento na mesma proporção. Já as vantagens do processo para a China se baseiam principalmente na exploração de recursos minerais uma vez que se encontram de forma abundante para exploração na região do Congo. Os combustíveis fósseis são necessários para continuar seu processo de desenvolvimento exponencial para se manter na corrida do avanço tecnológico dentro do sistema internacional, criando assim, uma relação de interdependência cíclica. É vantajoso manter esse ciclo quando para a China, a exploração e controle da região, promove a posição alta na categoria de obtenção dos minérios e a moeda de troca acaba sendo de menor proporção ao ganho, ou seja, para a China, o auxílio na infraestrutura não é um prejuízo ou uma desvantagem quando comparamos o ganho que se tem.

Consideramos que a República Democrática do Congo e a China não possuem as mesmas capacidades, tornando bastante trabalhosa a maneira com que ambos irão se beneficiar através do *land grabbing*, o que tende a tornar a relação em linha tênue entre benefícios e exploração.

Além disso, o interesse econômico e político sempre irá existir mediante uma relação entre Estados e nesse caso, não se restringe somente aos dois envolvidos na cooperação, mas também em como estes estão em relação aos demais do sistema, ou seja, ao quanto a China está em destaque ou não ao controle sobre a região congolense, sendo capaz de valorizar assim, suas negociações no sistema internacional, o que não se repete no caso da RDC, pois majoritariamente, o controle sobre seu território pertence ao outro.

Os acordos e negociações são essenciais na desenvoltura desta prática para que seja possível monitorar e fiscalizar o crescimento e queda de índices na RDC principalmente, sendo este o principal a que cede território, população e recursos próprios para a China.

Apesar do processo ser superficialmente vantajoso no sentido econômico para seus participantes, este também traz desdobramentos negativos em seu processo, principalmente ao país economicamente mais vulnerável, no caso, a República Democrática do Congo. A dependência cíclica da demanda externa, o monopólio das exportações internacionais, o desmatamento, a poluição nos territórios explorados e o incentivo ao processo de migração populacional são algumas das questões enfrentadas pelo Congo como consequência da manutenção do *land grabbing* em seu território.

Portanto, apesar da prática do *land grabbing* ser recentemente estudada pelos teóricos e possuir várias variações de aplicação entre os Estados e suas economias, é necessário se atentar às condições impostas no processo de formulação da cooperação para que, tais condições não se transformem em consequências negativas que interferem no bom funcionamento do Estado em conjunto com a vivência de sua população. Dessa forma, o *land grabbing* será mais uma forma de desenvolver a sua economia e não um causador de problemas estruturais futuros a quem o pratica em seu território.

Referências Bibliográficas

ACORDO DE MINERAÇÃO DE US\$6 BILHÕES COM A CHINA NO CONGO É “INJUSTO”, DIZ O RELATÓRIO PRELIMINAR. São Paulo: Plu 7, 08 out. 2021. Mensal. Disponível em: <https://noticias.plu7.com/78986/internacional/acordo-de-mineracao-de-us-6-bilhoes-com-a-china-no-congo-e-injusto-diz-o-relatorio-preliminar/?s%3Fs%3Fs>. Acesso em: 01 maio 2022.

AGENT, PUCSP. São Paulo: Agent, 23 de nov. de 2021. Disponível em: <https://agent.pucsp.br/noticias/congo-belga-brutalidade-transformada-em-genocidio>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BBC NEWS: Mapa do investimento chinês na África revela destino de US\$ 75 bi. São Paulo, 30 abr. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130430_china_africa_ru. Acesso em: 10 abr. 2022.

BORRAS JR., S.;D. FIG; MONSALVE, S. The Politics of Biofuels and Land-Water Grabbing: The Procana Case in Mozambique. *Review of African Political Economy*, v. 38, n. 128, 2011. pp. 215-34.

CHAKRABARTY, Malancha. Growth of Chinese trade and investment flows in DR Congo – blessing or curse? New Delhi: Taylor&Francis, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03056244.2015.1048794?journalCode=crea20&#.VeM7GPIVikp>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CISSE, Mbaye. L'affirmation d'une stratégie de puissance: la politique africaine de la Chine. Senegal: Diploweb, 2007. 27 p.

Congo investigará contratos no valor de US\$ 6,7 bi com China. EXAME, 21 de maio de 2015. Disponível em: <https://exame.com/economia/congo-investigara-contratos-no-valor-de-us-6-7-bi-com-china/>. Acesso em: 01 de maio de 2022.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal of trends, scale, geography and drivers, *The Journal of Peasant Studies*, 39 (3-4), 2012. 649-680 pp.

FAIRBAIRN, M., 2014. Like gold with yield: evolving intersections between farmland and finance. *J. Peasant Stud.* 41 (5), 777–795

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. 2017. 19 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017. Disponível em: [https://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/textos/Book_Questoes_Agrarias%20\(1\)-21-39.pdf](https://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/textos/Book_Questoes_Agrarias%20(1)-21-39.pdf). Acesso em: 9 maio 2022.

FOSTER, Joe. The Stabilizing Influence of Chinese Development Finance in Conflict-Prone African Countries. Williamsburg: AidData, 2014. Disponível em: <https://www.aiddata.org/blog/the-stabilizing-influence-of-chinese-development-finance-in-conflict-prone-african-countries>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GRAIN. SEIZED! The 2008 Land Grab for Food and Financial Security, 2008. <<http://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-landgrab-for-food-and-financialsecurity>>

IWICKI, Carolyn; PATTERSON, Sarina. Context matters in foreign aid's effect on violence. Williamsburg: Aiddata, 2016. Disponível em: <https://www.aiddata.org/blog/context-matters-in-foreign-aids-effect-on-violence>. Acesso em: 20 abr. 2022.

KASONGO, Arsène Monga. Le rôle de la chine dans le processus de reconstruction en République Démocratique du Congo. Lubumbashi: Université de Lubumbashi, 2009. Disponível em: <<http://www.memoireonline.com/04/11/4407/Le-rle-de-la-chine-dans-le-processusde-reconstruction-en-Republique-Democratique-du-Congo.html>>. Acessado em 22/05/2022

LEITE, Alexandre Cesar Cunha; LIMA, Thiago. Aquisição Transnacional de Terras (Land Grabbing). Estudos Internacionais, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 5-12, maio 2017.

LORDEMUS, Samuel. Are donors targeting the greatest health needs? Evidence from mining sites in the D.R.Congo. Williamsburg: AidData, 2019. Disponível em: <https://www.aiddata.org/publications/are-donors-targeting-the-greatest-health-needs-evidence-from-mining-sites-in-the-d-r-congo>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MATONDI, Prosper; HAVNEVIK, Kjell; BEYENE, Atakilte. Biofuels, Land Grabbing and Food Security in Africa. Uppsala: Zed Books, 2011.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. The Journal of Peasant Studies, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

MINERAÇÃO DE COBALTO EXPLODE NO CONGO POR DEMANDA DE METAL PARA AS BATERIAS DE VEÍCULOS ELÉTRICOS. Clima Info, 06 abr. 2021. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2021/04/06/mineracao-de-cobalto-explode-no-congo-por-demanda-de-metal-para-as-baterias-de-veiculos-eletricos/>. Acesso em: 16 abr. 2022.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 210-218, 30 fev. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/F3rdpjPK4Jf8cq49BjtXpKN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2022.

NUNES, Rodrigo Prado Luis. OS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS CHINESES NA ÁFRICA. 2019. 21 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Militares, Bacharel em Ciências Militares, Rio de Janeiro, 2019.

O CONGO, SEUS AMIGOS CHINESES E O FMI. São Paulo: Le Monde Diplomatique Brasil, 09 jul. 2009. Mensal. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congo-seus-amigos-chineses-e-o-fmi/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

O VENCEDOR LEVA TUDO: A CORRIDA CHINESA POR RECURSOS E SEU SIGNIFICADO PARA O MUNDO. Paraná: Sistema Eletrônico de Revistas Ufpr, 29 abr. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/34548/22446>. Acesso em: 25 abr. 2022.

O'DONNELL, Brian. Non-DAC Round-Up: Chinese Investment in Africa Since FOCAC 2012. Williamsburg: Aiddata, 2012. Disponível em: <https://www.aiddata.org/blog/non-dac-round-up-chinese-investment-in-africa-since-focac-2012>. Acesso em: 20 abr. 2022.

OECD. República Democrática do Congo. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/cod/>. Acesso em: mai. 2022.

PARKS, Bradley C.. Tracking Chinese Development Finance to Africa Initiative: What To Expect in 2014. Williamsburg: Aiddata, 2014. Disponível em: <https://www.aiddata.org/blog/tracking-chinese-development-finance-to-africa-initiative-what-to-expect-in-2014>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RD Congo pretende rever acordo bilionário de mineração com investidores da China. A Referência, 04 de set. de 2021. Disponível em: <https://areferencia.com/africa/rd-congo-pretende-rever-acordo-de-mineracao-bilionario-com-a-china/>. Acesso em: 05 maio 2022.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. BANDUNG, 1955: PONTO DE ENCONTRO GLOBAL. Esboços: Bandung, 1955: Global Meeting Point, Florianópolis, p. 309-332, mai/2019. Mensal.

RYSDYK, Janaina. A política externa chinesa para África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria. 2010. 120f. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul de Mestre em Ciência Política. Porto Alegre. 2010.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

SAWELJEW, Yuri Martenauer. CAPITAL FINANCEIRO E LAND GRABBING: O USO DAS TÉCNICAS DA INFORMAÇÃO PARA A CAPTURA DA RENDA DA TERRA. 2019. 155 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

SCHUTTER, Oliver de. The Green Rush: The Global Race for Farmland and the Rights of Land User. Harvard International Law Journal, v. 52, n. 2. 2011

SENADO NOTÍCIAS. São Paulo: Agência Senado, 14 set. 2017. Mensal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/14/congo-tem-absolutamente-tudo-de-tao-rico-em-minerios-afirma-diplomata-na-cre>. Acesso em: 02 abr. 2022.

UMBA, Tagus Kumbu. A projeção chinesa na África Subsaariana: situação da República Democrática do Congo. 2016. 79 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIRCOULON, T. La Chine, nouvel acteur de la reconstruction congolaise. Disponible em: <https://www.cairn.info/revue-afrique-contemporaine> acessado em 22/04/2022.

VON BRAUN, Joachim; MEINZEN-DICK, Ruth. "Land Grabbing" by Foreign Investors in Developing Countries: Risks and Opportunities. Washington: International Food Policy Research Institute, 2009. Disponível em: <https://dev.landmatrix.org/media/uploads/ifpricgiarorgsitesdefaultfilesbp013table01pdf.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MASIMULA, Ntandokazi et al. ACQUISITIONS FONCIÈRES À GRANDE ÉCHELLE RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO. Disponível em: https://landmatrix.org/documents/74/DRC_CP.pdf. Acesso em: 07 de maio de 2022.

COMPARE a economia dos países: República Democrática do Congo vs República Democrática do Congo. Country Economy. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/paises/comparar/republica-democratica-do-congo/republica-democratica-do-congo>. Acesso em: 03 maio 2022.

Marinucci, Roberto. Quebrar o silêncio sobre a África. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. 2018, v. 26, n. 54, pp. 7-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005401>. ISSN 2237-9843. Acesso em: 10 de maio de 2022.